

As eleições em Israel: contexto, balanço e perspectivas

BRUNO OLIVEIRA MARTINS

Universidade de Aarhus, Dinamarca

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)

As eleições legislativas decorridas em Israel a 17 de Março de 2015 resultaram na confirmação de Benjamin Netanyahu enquanto o primeiro-ministro que mais tempo esteve no poder em Israel depois de David Ben-Gurion, o fundador do país na década de 1940. Confirmando algumas das características reveladas ao longo dos seus anteriores três mandatos, Netanyahu venceu o escrutínio depois de conduzir uma campanha eleitoral polémica marcada por um avolumar de tensões entre Israel e os Estados Unidos e por um *grand finale* que lhe permitiu inverter a tendência negativa revelada pelas últimas sondagens. É, portanto, importante elaborar um exercício analítico crítico do contexto que precedeu o acto eleitoral de 17 de Março, até porque as pistas para alguns desenvolvimentos futuros na região poderão ser encontradas nas semanas que precederam estas eleições.

O contexto que precedeu as eleições

Ao longo dos últimos 12 meses, a política israelita desenvolveu-se num contexto regional e internacional de grande turbulência. As negociações com a Autoridade Palestiniana (AP), patrocinadas pelo Secretário de Estado norte-americano John Kerry, entraram em colapso em Abril de 2014 quando a AP anunciou um acordo com o Hamas para a constituição de um governo de unidade nacional, um dos critérios que a comunidade internacional vem afirmando como fundamentais para a criação de um estado palestino num futuro próximo. Nos meses seguintes as tensões na Cisjordânia aumentaram de tom enquanto que a situação política e social em Gaza

se agravava permanentemente devido ao bloqueio israelita, à falta de infra-estruturas básicas, à corrupção e despotismo, e à crise na função pública, cujos salários não foram pagos durante meses devido ao facto de Israel ter retido essas verbas. O rapto e morte de três jovens israelitas na Cisjordânia, assim como a resposta das forças de segurança nos dias que se seguiram, foram o rastilho que originou uma guerra entre Israel e o Hamas em Gaza. Ao longo de 51 dias, entre Julho e Agosto, morreram 2205 palestinianos (dos quais 1483 eram civis) e 77 israelitas (cinco dos quais eram civis). Cerca de meio milhão de cidadãos de Gaza, o que corresponde a quase um terço da população, foram forçados ao deslocamento interno e perderam ou ficaram com as suas habitações destruídas.

A comunidade internacional reagiu a estes números com veemência, sobretudo a União Europeia (UE), cujos milhões de euros canalizados para Gaza ao longo dos últimos anos não se reflectiram na criação de um governo funcional nem na melhoria significativa das condições de vida dos habitantes. Com o objectivo de impedir o regresso ao *statu quo* anterior à guerra—algo que a UE referiu em Agosto ser inadmissível—o governo da Suécia reconheceu oficialmente o Estado da Palestina em Outubro, produzindo um efeito dominó em vários parlamentos nacionais de outros Estados-membros da UE (tais como Espanha, França, Irlanda, Portugal ou Reino Unido). Estas moções parlamentares, diferentes da decisão do governo sueco, instam os diferentes governos a reconhecer o Estado palestino, com o objectivo de



conferir à Palestina um maior acesso a instituições internacionais (incluindo tribunais internacionais) e conferir ao seu governo um maior estatuto internacional, o qual pode ser decisivo nas negociações para um acordo de paz com Israel. Esta onda de apoio ao reconhecimento do Estado palestino chegou ao Parlamento Europeu, que, depois de duras negociações, aprovou a 17 de Dezembro uma resolução onde apoia, por princípio, o reconhecimento do Estado palestino e a solução da coexistência de dois Estados.

Esta sucessão de eventos parecia indicar um crescente isolamento internacional por parte de Israel, o que, aliado ao arrefecimento das relações com Washington, poderia antecipar uma campanha difícil para Netanyahu. Com efeito, as semanas que antecederam as eleições foram acompanhadas por sucessivas sondagens que mostravam que a reeleição do primeiro-ministro estava em sério risco. Tentando mostrar que a sua experiência e reputação internacional estavam intactas, Netanyahu quebrou protocolos e forçou a sua presença em dois teatros políticos importantes: nas manifestações em Paris que se seguiram aos atentados terroristas de Janeiro, e no Congresso norte-americano, onde conseguiu negociar um discurso sem consultar nem o Presidente Barack Obama nem o Secretário de Estado John Kerry. Com este acto, Netanyahu causou irritação em Washington e contribuiu para a erosão das relações entre os dois países.

Ainda assim, e continuando em desvantagem nas sondagens, Netanyahu usou o último dia da campanha eleitoral para jogar a sua cartada decisiva. Contrariando a tendência das últimas semanas, em que o conflito israelo-palestino esteve praticamente excluído da acção de campanha, o primeiro-ministro referiu que, enquanto liderar o governo, jamais existirá um Estado palestino. Além disso, um dia antes das eleições, Netanyahu fez soar os sinais de alarme na população apelando ao seu eleitorado para votar em massa em si, uma vez que a esquerda estava a colocar “os árabes em autocarros para votar contra” si. Estas declarações, que a UE e muitos responsáveis políticos em Washington consideraram racistas e inadmissíveis para com mais de 20% da população do país, foram decisivas para que, no dia seguinte, Benjamin Netanyahu ganhasse as eleições, contrariando todas as sondagens das semanas anteriores.

Principais resultados

Com uma percentagem 23,4% de votos expressos, o Likud foi a força política mais votada, elegendo 30 deputados ao Knesset. O segundo partido mais votado, a União Sionista, não foi além dos 18,67% dos votos e 24 deputados. Tanto um como o outro ficam muito longe do número de deputados necessário para formar uma maioria estável num Knesset de 120 lugares, pelo que, à semelhança de muitos outros actos eleitorais, o governo que resultará destas eleições será baseado numa coligação

de diferentes partidos, com perfis e agendas distintas, em que as concessões e as negociações intra-governamentais serão uma fonte de instabilidade permanente. É necessário não esquecer que as actuais eleições foram convocadas após Netanyahu dissolver o anterior governo que integrava cinco partidos (Likud, Yisrael Beiteinu, Yesh Atid, Jewish Home e Hatnuah) com acusações de conspiração interna. Tanto Tzipi Livni (União Sionista) como Yair Lapid (Yesh Atid) e Avigdor Lieberman (Yisrael Beiteinu), que agora concorreram contra Netanyahu, fizeram parte do seu anterior governo, demonstrando que, na política interna israelita, quase tudo pode ser negociado e poucos são aqueles que se mantêm inflexíveis nas suas convicções.

Foram 26 os partidos políticos que concorreram à eleições, mas apenas 10 atingiram o limite mínimo de 3,25% dos votos e quatro deputados necessário para obterem representação parlamentar. Nas anteriores eleições este limite era de apenas 2% dos votos, limiar mínimo que parece ter sido alterado para eliminar a representação parlamentar de partidos de menor expressão que correspondem a facções minoritárias na sociedade israelita.

Apesar de a composição final do futuro executivo não ter ainda sido anunciada, é certo que o Presidente israelita, Reuven Rivlin, irá convidar Benjamin Netanyahu para formar um governo que será apoiado por uma maioria de 67 deputados eleitos por seis forças políticas: Likud, Yisrael Beiteinu, Kulanu, Habayit Hayehudi, Shas e United Torah Judaism, estes dois últimos representando a extrema-direita religiosa ultra-ortodoxa. De acordo com notícias veiculadas pela comunicação social israelita, o ministro das Finanças deverá ser Moshe Kahlon, líder do novo partido Kulanu, que nunca se encontrou com Netanyahu ao longo dos últimos 18 meses. Muitos destes partidos discordam profundamente entre si sobre questões como o futuro estatuto de Jerusalém, a expansão dos colonatos, a solução de dois Estados para o conflito israelo-palestino e a designação oficial de Israel como um Estado judaico. Esta última questão, apresentada sob a forma de documento constitucional oficial a ser votado no Knesset, destina-se a resolver a tensão que existe no facto de Israel se identificar ao mesmo tempo como um Estado democrático e como a pátria do povo judeu. O documento resolve a questão à custa do carácter democrático do Estado, referindo expressamente que a identidade de Israel consiste em ser o Estado-nação do povo judeu, criando desta forma um Estado diferente daquele a que a Declaração de Independência de Israel se refere, onde se estipula o princípio de igualdade entre todos os cidadãos israelitas. Sabendo-se que quase dois milhões de israelitas não são judeus (mais de 20% da população), aquela declaração, a ser aprovada, institucionalizaria uma separação formal entre judeus e não judeus, contrariando princípios democráticos básicos e criando um Estado em que o racismo e a discriminação religiosa seriam princípios constitucionais.



Interpretação e perspectivas

Estes resultados confirmam a existência de linhas de continuidade fortes no espectro político israelita. As reacções de surpresa por parte de muitos comentadores e de sectores importantes da comunidade internacional, dos Estados Unidos à UE, revelam desconhecimento da realidade social israelita contemporânea, onde o chamado *campo de paz* vem diminuindo progressivamente desde há muitos anos e em que o discurso do medo do futuro, do espírito religioso de missão, e do estado de emergência securitária (venha a ameaça de Gaza, do Irão, do Estado Islâmico, da Al-Qaeda, da minoria árabe israelita, ou de outra qualquer proveniência) provocaram dois efeitos fundamentais na sociedade: abriram espaço ao domínio das visões radicais e intolerantes e colocaram num estado de letargia e/ou impotência os sectores da sociedade que pretendem alterar o *statu quo*. Ao contrário daquilo em que muitos observadores internacionais parecem acreditar, Israel não é Telavive.

Ao longo dos três mandatos anteriores, Benjamin Netanyahu revelou pouco interesse na solução do conflito israelo-palestiniano. Os anos correspondentes aos seus dois últimos mandatos (2009-2013 e 2013-2014) são marcados por uma expansão dos colonatos na Cisjordânia, pela ausência de negociações de paz e por duas guerras sangrentas em Gaza, o que, em conjunto, tem criado uma deterioração severa da situação no terreno. Neste momento não existem quaisquer perspectivas para o retomar das negociações com os representantes palestinos, a menos que a pressão internacional sobre os responsáveis israelitas e palestinos aumente de forma considerável. Tanto a UE como, sobretudo, Washington, reagiram com estupefacção às declarações de Netanyahu na véspera das eleições. Terá sido essa reacção a fazer com que o primeiro-ministro tenha reformulado e reinterpretado as suas próprias palavras quanto ao futuro do Estado palestino e pedido desculpa à minoria árabe israelita. Ainda assim, os governos nas capitais europeias e em Washington parecem não estar convencidos da sinceridade

destas últimas atitudes e, de acordo com relatos na imprensa, a conversa entre Obama e Netanyahu na sequência das eleições terá sido tensa. Têm sido insistentes os rumores quanto à possibilidade de os Estados Unidos, pela primeira vez, deixarem passar uma resolução no Conselho de Segurança nas Nações Unidas relativamente ao conflito israelo-palestiniano, que imponha uma data limite para a criação do Estado palestino e para a retirada de Israel dos territórios ocupados. Uma acção deste género por parte de Washington constituirá uma das mais eficazes formas de pressão sobre o governo em Israel. Em pleno segundo mandato e sem a necessidade de assegurar uma reeleição, Barack Obama poderá sentir-se tentado a inverter alguns dos parâmetros que têm constituído a base da relação altamente privilegiada entre os Estados Unidos e Israel.

Estes resultados confirmam a existência de linhas de continuidade fortes no espectro político israelita. As reacções de surpresa por parte de muitos comentadores e de sectores importantes da comunidade internacional, dos Estados Unidos à UE, revelam desconhecimento da realidade social israelita contemporânea, onde o chamado *campo de paz* vem diminuindo progressivamente desde há muitos anos.

Quanto à UE, os cenários que se colocam são, sobretudo, dois. Por um lado, trabalhar diplomaticamente nas 28 capitais para gerar um consenso quanto à necessidade de reconhecimento do Estado palestino, de forma a alterar os contornos da situação actual e fazer avançar as negociações de paz. Por outro, elevar a pressão sobre Israel

ao ponto de eventualmente suspender o Acordo de Associação UE-Israel, o documento que gere as relações entre as duas partes e que é tão importante para Israel. Cerca de 35% das exportações de Israel tem como destino um ou mais dos actuais 28 Estados-membros da UE. A UE é maior fonte de importações para Israel e, ao mesmo tempo, o segundo principal destino das suas exportações. Além disso, Israel é o país não-europeu mais próximo da UE em termos de relações industriais, tecnológicas, científicas, turismo, agricultura e intercâmbio científico. Uma suspensão do Acordo de Associação, legitimada pelo Artigo 2 desse mesmo documento,¹ causa-

ao ponto de eventualmente suspender o Acordo de Associação UE-Israel, o documento que gere as relações entre as duas partes e que é tão importante para Israel. Cerca de 35% das exportações de Israel tem como destino um ou mais dos actuais 28 Estados-membros da UE. A UE é maior fonte de importações para Israel e, ao mesmo tempo, o segundo principal destino das suas exportações. Além disso, Israel é o país não-europeu mais próximo da UE em termos de relações industriais, tecnológicas, científicas, turismo, agricultura e intercâmbio científico. Uma suspensão do Acordo de Associação, legitimada pelo Artigo 2 desse mesmo documento,¹ causa-

¹ O Artigo 2 estipula o seguinte: "As relações entre as Partes, bem como todas as disposições do próprio Acordo, basear-se-ão no respeito pelos direitos humanos e pelos princípios democráticos, que presidem às suas políticas interna e externa, e constituem um elemento essencial do presente Acordo".



ria um impacto relevante na economia israelita e poderia levar a mudanças concretas nas políticas do novo governo liderado por Netanyahu.

Independentemente da forma escolhida ou dos métodos utilizados para alterar o rumo dos acontecimentos, uma observação dos desenvolvimentos dos últimos anos demonstra que é enorme a necessidade de alterar as regras do jogo diplomático. Às capitais europeias e a Washington exige-se criatividade e audácia para agitar o *statu quo* e voltar a trazer israelitas e palestinianos à mesa das negociações. Sem pressão internacional, um governo liderado por Benjamin Netanyahu nada fará.

EDITOR | Paulo Gorjão

EDITOR ASSISTENTE | Gustavo Plácido dos Santos

DESIGN | Atelier Teresa Cardoso Bastos

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)
Rua da Junqueira, 188 - 1349-001 Lisboa
PORTUGAL

<http://www.ipris.org>
email: ipris@ipris.org

IPRIS Comentário é uma publicação do IPRIS.

As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente as opiniões do IPRIS.

Parceiros



Mecenas

